



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 12, v. 1 nov.2019-abr.2020
p. 384-403.

Produções de verdade perante vivências da sexualidade juvenil a partir da troca de fotos em aplicativos de celulares

Tássio Acosta¹

RESUMO: Objetiva-se analisar como se dá a formação discursiva sobre as sexualidades juvenis no cotidiano escolar a partir da ocorrência do compartilhamento de fotos sensuais, por meio de aplicativos de celulares. Compreende-se que a juventude atual nasceu inserida no cotidiano tecnológico e, por isso, novas formas de sociabilidade são construídas, possibilitando novas experimentações de suas sexualidades. Utiliza-se o operador metodológico anarqueológico, presente no último Foucault, pelo entendimento de que a escola produz reiterados discursos de verdade com o intuito de produzir subjetividades. Sendo assim, a subjetividade passa a ser elemento central no discurso do ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: *Sexting. Nudes. Sexualidade. Juventude. Escola.*

Abstract: This paper analyzes how the discursive formation over young people's sexualities in the scholarly routine occurs with regard to the recent behavior of sharing sensual and/or nude pictures using smartphone applications. Current youth was born amidst technology and as such new ways to socialize have emerged, allowing them to experiment on their sexuality in novel ways. The anarchaeological methodological operator, present in the last paper by Foucault, as it comprehends the school as producing reiterated real discourses in order to generate subjectivities. Thus, subjectivity becomes a central element in the discourse of the school environment.

Keywords: Sexting. Nudes. Sexuality. Youth. School.

Resumen: El objetivo es analizar cómo ocurre diariamente la formación discursiva sobre las sexualidades juveniles en la escuela a partir del intercambio de fotos sensuales, por medio de las aplicaciones móviles. Se entiende que la juventud actual nació insertada en la vida cotidiana tecnológica y, por lo tanto, se construye una nueva sociabilidad, permitiendo nuevos experimentos de sus sexualidades. Se utiliza el operador metodológico anarqueológico, presente en el último Foucault, para entender que la escuela produce repetidos discursos de verdad para producir subjetividades. Así, la subjetividad se convierte en un elemento central en el discurso del entorno escolar.

Palabras clave: Sexting. Desnudos. Sexualidad. Juventud. Escuela.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – campus Registro, e da Universidade Santa Cecília (Unisantia). Pesquisador do Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NEGDS – Ufscar), pesquisador do Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças (Impróprias – UFMS) e Coordenador da Linha de Pesquisa Subjetividades – gêneros, sexualidades e diferenças (Unisantia). E-mail: tassioacosta@gmail.com

Recebido em 21/01/19

Aceito em 02/10/19

1. Introdução

Parte-se do reconhecimento de que a juventude atual², nascida após a democratização do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), é marcada por sua inserção em um novo dinamismo social vídeo-tecnológico (SARTORI; SOUZA, 2012), naquilo que Debord (1997) chamou de sociedade do espetáculo³, com a possibilidade de criar diversas imagens e as postar em mídias sociais como Facebook, Instagram, Snapchat e grupos de WhatsApp⁴.

Para Sibilia (2008, 2012, 2015a, 2015b), as TIC influenciam significativamente na constituição das subjetividades com maior exploração dos corpos existentes nos atos performáticos feitos pelas *selfies*⁵. Nota-se que “a implosão e a fragmentação da identidade moderna [...] marcam as subjetividades contemporâneas, cada vez mais voltadas para formas flexíveis, múltiplas, epidérmicas, fluidas e mutantes de ser e estar no mundo. Ou seja: modos de vida performáticos”. (SIBILIA, 2015b, p. 358)

A descoberta do corpo utilizando as TIC favorece a experimentação da própria sexualidade, em que o se mostrar ao outro está inserido num complexo jogo de sedução entre aquelas pessoas envolvidas. A produção imagética da sexualidade e seu compartilhamento exclusivo para outra pessoa estaria estabelecido em acordos pré-determinados. Nesse contexto, um novo fenômeno tem chamado a atenção: o *sexting*.

O *sexting*, de acordo com Paula Ribeiro e Suzana Barros (2015), é uma experimentação e vivência consensual da sexualidade, consistindo na troca virtual de fotos e vídeos íntimos entre pessoas com algum nível de envolvimento afetivo e/ou de confiança, a partir de um código de ético estabelecido entre os envolvidos como, por exemplo, de deletar as imagens/vídeos após a visualização e não compartilhar com ninguém. É um fenômeno atual da sociedade contemporânea, que

pode ser entendido como um espetáculo da vida privada, em palcos públicos, em que o olhar do outro é condição. São esses múltiplos olhares que acompanham os/as praticantes

² Segundo a Kaiser Family Foundation (2005), num estudo dirigido pela Universidade de Stanford, a geração que já nasceu com o desenvolvimento dos dispositivos tecnológico dos computadores e *smartphones* é conhecida como Geração Tech-Savvy.

³ Para Debord (1997), a sociedade do espetáculo se caracteriza por uma sociedade ávida pelo consumo, cultura da imagem e a inserção da economia em todas as esferas da vida privada, em que se compreende o “espetáculo” como uma relação de pessoas mediadas por imagens.

⁴ Aplicativos para compartilhamento de fotos, vídeos e textos.

⁵ Eleita como a palavra do ano pelo Dicionário de Oxford, em 2013.



do *sexting*, que também acabam regulando e controlando esses mesmos sujeitos, assim é possível evidenciar que ao mesmo tempo que as tecnologias são utilizadas para a produção dos materiais de conotação sexual, são essas mesmas tecnologias que acabam regulando esses sujeitos, pois é através delas que as instâncias disciplinares (família, escola, delegacias etc.) tomam conhecimento do comportamento desses/as adolescentes. (RIBEIRO; BARROS, 2015, p. 7)

O fenômeno *sexting* não está inserido exclusivamente na experimentação da sexualidade juvenil; há diversos casos de pessoas das mais variadas faixas etárias e gêneros que vêm aderindo a essa prática fetichista de grande influência voyeur. Durante uma campanha de prevenção à gravidez realizada nos Estados Unidos, por exemplo, descobriu-se que 20% dos(as) adolescentes, de 13 a 19 anos, praticaram *sexting*. (WILLARD, 2013)

No Brasil, em uma pesquisa realizada em 2012, com 1.956 pessoas, constatou-se que 76% desconhecem essa terminologia, 39% já enviaram conteúdo sexual próprio ou de outras pessoas e 63% já receberam conteúdo sexual do próprio remetente ou de outras pessoas. Do total de participantes, 90% acham importante que sejam oferecidos projetos educativos nas escolas com o intuito da prevenção ao *sexting*. (SAFERNET, 2012) Ainda de acordo com essa pesquisa, 32% dos homens já enviaram fotos de outras pessoas nuas e 24% enviaram vídeos de outras pessoas nuas, enquanto as mulheres realizaram o envio de 10% e 9%, respectivamente, – ambos sem o consentimento da outra pessoa envolvida.

Reconhece-se o aumento das experimentações da sexualidade utilizando aplicativos de troca de mensagens, por meio do celular, o que tem levado autores (ALMEIDA NETO, 2007; ARAUJO, 2014) a levantar a urgência de se pensar em formas seguras e éticas para que essas vivências não se tornem prejudiciais contra quem pratica, necessitando um grande esforço para extinguir práticas tidas como de *cyberbullying*. Reconhece-se, ainda, que as conceituações de *bullying* e *cyberbullying*⁶ apaziguam e silenciam as situações de violências fortemente existentes, visto que “comportamentos associados ao *bullying* estão intrinsecamente ligados a relações sociais de poder e controle” (GARCIA, 2009, p. 8), além de se relacionarem a práticas intensamente judicializadas, como assevera Marafon (2013).

⁶ Entende-se por *bullying* o ato de violência verbal ou física, assim como ameaça, humilhação ou imposição diversa de um agressor contra outras pessoas. *Cyberbullying* tem o mesmo mecanismo de ataque e violência, mudando apenas o lugar, que outrora era no mundo físico, passando para o mundo virtual. No caso do *cyberbullying* motivado por material pornográfico, as mulheres totalizam 80% das vítimas. (SAFERNET, 2012)



A moralidade existente frente as sexualidades, principalmente as juvenis, faz com que “as vítimas muitas vezes precisem se isolar para que não sejam apontadas e humilhadas, pois ainda temos o infeliz conceito de que o sexo degrada a imagem feminina e glorifica a masculina” (MOTA, 2015, p. 30), incorrendo em violência de gênero. Entende-se que gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21) e por violência de gênero toda e qualquer prática violenta direcionada às mulheres, costumeiramente ancorada no machismo e em sua manutenção.

Nesse contexto, compreender como a geração atual – e as posteriores – tem a tecnologia inserida em seus cotidianos, que uso faz dela, bem como tem sua subjetividade produzida por ela, parece ser fundamental para produzir as potencialidades pedagógicas necessárias em tempos nos quais se busca censurar a discussão de gêneros e sexualidades em sala de aula. Considerando a escola com um dos principais espaços de sociabilidade juvenil, em que inteligibilidades de si e do mundo são (re)produzidas, necessita-se analisar como a escola compreende e lida perante a prática recorrente de *sexting*.

Os estudos foucaultianos ajudam a pensar no *sexting* como forma de colocação do sexo em discurso, a partir de um recurso de imagem e do descontrole na difusão da informação, que também produz verdades e prazeres sobre os sujeitos. “Verdades” que constituem feminilidades e masculinidades, que justificam, por exemplo, desigualdades entre os gêneros, ao comumente se transferir uma menina que teve suas imagens vazadas de escola, e não o menino que as vazou. Também porque é sobre o corpo dela que a imagem se produz e é propagada, enquanto muito raramente é sobre o dele, que não se coloca em um lugar de vulnerabilidade.

Assim, este artigo tem por objetivo compreender a construção de discursos escolares punitivos às sexualidades juvenis a partir da ocorrência do *sexting*, recontando a história desse termo em seus atravessamentos governamentalizantes e possivelmente judicializantes, que produzem modos dos sujeitos desejarem, se comportarem, se relacionarem e compreenderem a si mesmos e ao mundo. Dito de outra maneira, este artigo pretende analisar como emergem discursos sobre *sexting* e como eles habitam o cotidiano escolar, em seus movimentos e discontinuidades, assim como pensar em potencialidades pedagógicas em tempos de censuras às discussões de gêneros e sexualidades em sala de aula.



2. Caminhos metodológicos

A produção intelectual presente no “último Foucault” se centralizou com maior exatidão perante a ética da existência com relação à verdade, ou seja, debruça-se sobre o governo dos homens que são manifestados pela verdade, o que ele chama de *parresia* (2014a), e como esta manifestação subjetiva a sociedade, assim como se expressa por meio dela. Para ele, *parresia* pode ser as diferentes formas (ou dispositivos) que existem para que se diga a verdade e a produza, como também técnicas, métodos e procedimentos específicos para extraí-las dos sujeitos⁷.

Antes de se atentar mais especificamente sobre a produção da verdade ancorada em *parresia*, Foucault articula melhor seu conceito sobre governamentalidade onde será a partir do século XVI que a questão do problema do governo se torna mais aparente: do governo de si mesmo, das almas e condutas, da pastoral católica e protestante, governo das crianças, centralidade da produção pedagógica para que se obtenha um melhor governo possível (2014b, p. 408).

Governar significa extrair o máximo de resultado possível na produção daqueles sujeitos, em que a própria “constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em um sentido lato”. (FOUCAULT, 2014b, p. 426) Compreende-se a inexistência da produção de saber que não esteja ancorada em valores que a fundamentam enquanto verdades para que, repetidas sistemática e exaustivamente, subjetive a sociedade e a introduza em seus cotidianos, subjetivando a si mesma. Não se pode eximir, entretanto, que este processo de subjetivação não é linear e harmonioso, está ancorado em um sistemático tensionamento de forças em sua produção.

Ao afirmar que “as artes de governar postulam uma continuidade essencial entre elas” (2014b, p. 412) reconhece que o Governo passa a estabelecer os vínculos que sustentam aquela determinada sociedade. Vínculos esses que são econômicos, sociais, culturais, morais, dentre outros. Ou seja, para que haja um governo sobre os corpos, há de se ter uma densa produção discursiva sobre eles para que não apenas possa produzi-los como também extrair o máximo possível deles. Compreende, ainda, que “o governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos dos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar”. (FOUCAULT, 2014b, p. 417)

⁷ Este conceito será desenvolvido mais especificamente após a construção da importância da governamentalidade para a produção desta verdade.



Não obstante, ele afirma que “governar é governar coisas” (2014b, p. 416) enquanto reconhecimento de que esta meticulosa produção discursiva sobre os corpos tem como intuito tirar o melhor proveito deles e sistematizar dispositivos disciplinares para mantê-los sob o seu controle. Para que isso ocorra, faz-se necessário não apenas a produção de leis, mas táticas específicas para que se tenha este determinado controle. Uma economia sobre os corpos, um governo sobre os corpos.

E não há forma mais eficiente de obter este controle sobre os corpos e seus governos do que instaurar uma intensa produção de regimes de verdade, ou seja, “conjunto dos procedimentos e instituições pelos quais os indivíduos são comprometidos e forçados a realizar, em certas condições e com certos efeitos, atos bem definidos de verdade” (2014a, p. 86). Ao compreender que regimes de verdade são conjuntos de procedimentos e instituições, entende-se que existe dispositivos e técnicas específicos para a sua realização e consequente manutenção para que assim ganhe legitimidade social e a verdade seja, de fato, a verdade.

Inúmeras são as formas para que as verdades sejam instituídas em uma sociedade, não apenas a partir da perspectiva legal como também da punitiva. As verdades podem ser instituídas por meio da família, da escola, dos cotidianos, do fazer cultural etc. “A verdade se basta a si mesma para fazer sua própria lei”, cunhou Foucault (2014a, p. 87) durante sua aula proferida no Collège de France, em 6 de fevereiro de 1980.

Ainda que os regimes de verdade estejam inseridos nos mais diversos dispositivos sociais, vale destacar sua presença no cotidiano escolar, no fazer escola que, por meio destes mesmos regimes de verdade, objetiva-se em construir sujeitos e corpos que sejam melhor aproveitados pela sociedade – mesmo que para isso esta mesma escola também produza corpos que escapam (LOURO, 2000) e corpos abjetos (BUTLER, 2003). Foucault afirma:

[...] para que esse regime de verdade seja aceito, o sujeito que raciocina tem de ser qualificado de certa maneira. Esse sujeito pode muito bem ser submetido a todos os erros possíveis, a todas as ilusões possíveis dos sentidos, pode inclusive ser submetido a um gênio maligno que o engane. Há, no entanto, uma condição para que a máquina funcione e para que o ‘logo’ do ‘penso, logo existo’ tenha valor provante. Tem de haver um sujeito que possa dizer: *quando for verdadeiro, e evidentemente verdadeiro, eu me inclinarei.* (FOUCAULT, 2014a, p. 90)



E para que esse verdadeiro prevaleça e se constitua enquanto tal em toda a sociedade, os corpos que escapam, os corpos desviantes e os corpos abjetos são imprescindíveis para que se caracterize o que são e quais são os corpos normais frente aos anormais. Sendo assim, “a exclusão da loucura é, portanto, o ato fundamental na organização do regime da verdade”. (FOUCAULT, 2014a, p. 90) A escola tem uma densa produção discursiva perante os corpos normais e anormais.

Será a partir da prática pedagógica que muitos regimes de verdade serão acionados na formação subjetiva de forma institucionalizada, influenciando significativamente todos que fazem parte da instituição escolar: corpo diretivo, corpo docente e corpo discente – friso a terminologia *corpo* justamente para reafirmar que a produção discursiva escolar se dá em e a partir do corpo, marca-se o corpo. “O ensino é exatamente o mesmo e as obrigações que ele comporta são exatamente as mesmas, quer se ensinem tolices, quer se ensine verdade”. (FOUCAULT, 2014a, p. 87)

Neste exato momento que a anarqueologia se torna de grande importância para se analisar a escola e compreender não apenas quais regimes de verdade são acionados em seu cotidiano como também “recusar previamente o direito de obrigação e a força de coação que o verdadeiro pretende sobre os homens”. (AVELINO, 2010, p. 149) Reconhece-se assim a existência de múltiplas manifestações da verdade.

[...] a ideia seria que do político ao epistemológico, a relação a estabelecer não deve sê-lo em termos de ideologia, não deve sê-lo tampouco em termos de utilidade. Ela não deve se fazer através de noções como a de lei, de interdito, de repressão, mas em termos de regime, de regimes de verdade articulados com regimes jurídicos-políticos. Há um regime da loucura que é ao mesmo tempo regime de verdade, regime jurídico, regime político. Há um regime da doença. Há um regime da delinquência, há um regime da sexualidade. (FOUCAULT, 2014a, p. 93)

Esses diversos regimes de verdade cerceiam os sujeitos para que estejam o mais próximo da centralidade da norma, da disciplina – ainda que se possa tensionar a partir de diversas formas de resistências. Toda essa economia, esse governo, marca seus/nossos corpos. Sujeitos que buscam ser livres de si, vivenciar suas autonomias e liberdades são marcados e postos às margens no cotidiano escolar. Tudo aquilo que tensiona os limites até então impostos e tidos como corretos são silenciados e estigmatizados, quando não brutalmente violentados. Fazer uso de seus corpos e de seus prazeres são possibilidades que a escola busca cada vez mais tornar impossíveis.



Assistimos diversos discursos sendo produzidos pela minoritária, mas barulhenta parcela ultraconservadora da sociedade brasileira na contemporaneidade, por meio de seus líderes políticos e religiosos, de bairros e familiares, que se dedica a controlar os corpos – ainda que muitos sujeitos de si busquem escapar às normas. As diversas resistências acionadas necessitam ser compreendidas como suspiros indispensáveis para que suas almas transcendam, e não padeçam.

É necessário vivenciar seus corpos, seus desejos, seus prazeres para que possamos criar outras sociabilidades e conseqüentemente pensar em outras formas de sociedade: menos autoritária e mais livre – não à toa foi a partir da História da Sexualidade que Foucault pôde levar para um outro ponto de análise a relação verdade/subjetividade, e como este binômio estava marcado em nossos corpos. Resistir é preciso. Revoltar-se é necessário. Insurgir é essencial. Será justamente a partir destas vivências múltiplas que múltiplos regimes de verdade operarão. Ao teorizar sobre a anarqueologia enquanto um operador metodológico, Silvio Gallo afirmou que:

La anarqueología sería, pues, un estudio de los regímenes de verdad, percibiendo sus relaciones, contraposiciones, disputas, pero, especialmente, desvelando, en cada uno de los regímenes, sus vinculaciones con los poderes establecidos, demarcando sus maneras de obligar a los sujetos a sus verdades específicas. (GALLO, 2017, p. 66)

A partir do momento em que estes regimes de verdade estão atrelados às formações das subjetividades, o operador da anarqueologia torna-se de fundamental importância para que possamos melhor analisar como os sujeitos são constituídos, suas estéticas produzidas e suas vivências moldadas. A produção da subjetividade passa a estar presente em todas as instituições – não obstante, Foucault retoma aos primeiros padres da Igreja para analisar como culturas pagãs diversas foram perdendo influência frente a uma crescente, central e dominante cultura cristã.

Sendo assim, podemos olhar para a escola nesta mesma perspectiva: reconhecendo que a instituição escolar busca subjetivar os sujeitos para que estejam de acordo com o padrão de normalidade socialmente construído, a partir de qual momento e de qual forma há um ponto de inflexão e tensionamento de forças? Quais dispositivos de resistências são acionados por parte destes sujeitos? Como suas subversões à norma modificam o cotidiano aos quais estão inseridos?

Estas e muitas outras perguntas necessitam ser mais bem exploradas para que possamos pensar em outras formas do fazer escola, possibilitando que as potências juvenis sejam mais bem valorizadas e as normas reordenadas ou, até mesmo, implodidas a partir da intensa e presente relação de poder existente no seio escolar.



Tais procedimentos podem possibilitar o mapeamento e compreensão de como a escola produz e lida com as sexualidades juvenis, por meio de seus discursos, assim como analisar como há as resistências e subversões à norma.

3. Fundamentação teórica

Pensar a escola a partir do entendimento de sua condição de produção de normalidades é compreender que tais produções influenciam seus entendimentos sobre sexualidades normais, anormais, desviantes. Não obstante, compreender esta mesma escola dentro do contexto contemporâneo, é reconhecer que formas outras de sociabilizações são produzidas. Neste sentido, nas subseções a seguir serão trabalhados os conceitos das produções de sexualidades, vivência das sexualidades a partir das novas formas de sociabilidades e os novos crimes produzidos neste contexto.

3.1 A escola e a produção de sexualidades

Tragtenberg (1985) afirma que a escola está inserida em uma relação de poder para que a sua disciplinarização e normatização possam estar consistentes o suficiente com o intuito de ter melhor aproveitamento do tempo na fabricação dos corpos dóceis. A hierarquia existente na instituição escolar é uma das responsáveis por esta fabricação, assim como a disposição arquitetônica e a busca pelo melhor aproveitamento dos corpos, conforme regras previamente estabelecidas: como se sentar, o que fazer, horário de intervalo, horário de troca de professoras/es, dentre outros.

As diversas regras disciplinares têm como intuito que todo o sistema educacional se torne mais produtivo e haja melhor aproveitamento dos corpos, visto que uma das características da sociedade contemporânea é a disciplinarização das instituições. Logo, o poder não se desenvolve apenas no cotidiano escolar e nas instituições burocratizadas, ele também é exercido por nós e em nós. Somos sujeitos e sujeitados do/pelo poder. Para Gallo e Figueiredo (2015, p. 32), “as misturas de corpos implicam em acontecimentos. Não sendo coisas, os acontecimentos não propriamente existem, mas subsistem ou insistem. Não são expressos por substantivos ou adjetivos, mas por verbos, sendo o infinitivo seu tempo de conjugação”.



Categorização das séries conforme a idade e aprendizagem, uniformes generificados, divisão no tratamento entre os gêneros⁸, individualizações dos(as) alunos(os) em filas e carteiras, posição central do professor, salas de aula lado a lado e fechadas por grandes paredes, grandes janelas e portas com um recorte em vidro, portões inteiriços para que não seja visto o/do lado externo, dentre outros, a escola é um dispositivo disciplinar que vigia, produz e pune os corpos onde “a sala de aula formaria um grande quadro único, com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente ‘classificador’ do professor”. (FOUCAULT, 1977, p. 135)

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, são sempre centros de sua transmissão. (FOUCAULT, 1979, p. 183)

A subjetividade passa a ser elemento central no discurso no ambiente escolar, como o dispositivo da sexualidade, por exemplo. Entende-se por dispositivo “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. (FOUCAULT, 1979, p. 246) O dispositivo disciplinar não precisa obrigatoriamente ser dito (o mutismo também é uma forma de dizer sobre algo), pois “está sempre inscrito em um jogo de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 139) operado pela visibilidade, anunciação e subjetivação, ele próprio se adapta conforme as mudanças e resistências.

Reconhece-se que a escola é um espaço no qual as descobertas das sexualidades juvenis estão inseridas e imbricadas em seu cotidiano. (MISKOLCI; LEITE JÚNIOR, 2014) Uma das formas na qual o dispositivo da sexualidade opera nos corpos juvenis se dá por meio da produção de sentidos a partir de séries distintas e heterogêneas onde, por exemplo, “a imagem pintada [ou, no caso, fotografada/filmada] já não é a representação de um corpo, ela é o corpo mesmo, enquanto sensação. (GALLO, 2016, p. 22)

Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos. Na constituição de mulheres e homens, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente, há um investimento

⁸ Ainda que Foucault não tenha se dedicado especificamente às questões de gênero, é possível perceber que esta diferença favorece a manutenção das relações de poder, visto que “no interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem o seu exercício, são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades”. (LOURO, 2014, p. 47)



continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou 'jeitos de viver' sua sexualidade e seu gênero. (LOURO, 2000, p. 15)

Em sua grande maioria, ao falar sobre sexualidade na juventude, as escolas focam as explicações às mulheres com práticas discursivas relacionadas à gravidez com o propósito da regulação do corpo, “a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. [...] As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas”. (LOURO, 2000, p. 2-3)

A instituição escolar delimita espaços e códigos para que se crie inteligibilidade, onde a própria construção das diferenças se dá a partir daquilo que se compreende como normal, tornando-se referência de comportamento imposto como o correto. “Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e *incorporados* por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. [...] E todas as lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem a diferença”. (LOURO, 2014, p. 65, grifo do autor)

Nos três volumes de *História da Sexualidade* (1984, 1985, 1988), Foucault mostra que há uma relação entre o dito e o não dito, onde as práticas não discursivas também são constituintes da relação de poder. Para ele, ao analisar

os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva [...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. (FOUCAULT, 1986, P. 56)

O dispositivo da sexualidade passou a operar na perspectiva micro (individual) e macro (social) para a construção das verdades sobre os corpos, a partir de

[...] vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. (FOUCAULT, 1988, p. 159)

Toda essa prática discursiva sobre os corpos permitiu criar verdades referentes ao sexo, onde o comportamento sexual passou a ser inserido numa ampla rede de discursos – do explícito ao implícito e do micro ao macro – “de acordo com uma unidade artificial, elementos



anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal”. (FOUCAULT, 1988, p. 168) Essa prática discursiva passa a operar, inclusive, no que é considerado como desviante, patológico e anormal, necessitando ser controlado, corrigido e proibido.

Sendo assim, o biopoder⁹ passou a exercer intensa influência na constituição dos sujeitos e de seus corpos; nele o saber científico dedicou-se à economia dos corpos: em um primeiro momento, o corpo da mulher foi central nos discursos científicos com a justificativa de sua importância reprodutiva, posteriormente com a pedagogização do sexo infantil por ser compreendido como uma fase de formação moral que poderia pôr em risco o projeto de nação, assim como a psiquiatrização dos prazeres perversos foi fundamental para a criação dos padrões sexuais corretos.

Foucault (2008a) compreende que as práticas pedagógicas não são uma instituição que apenas fabrica discursos, mas que também estão amplamente inseridas na dinâmica de sua própria produção. Canguilhem (1966) afirma que a noção de anormalidade que produz o entendimento da normalidade, assim como para Foucault (1985, 1988), será a partir das perversões e patologias que se chega à ideia de sexualidades saudáveis. Sendo assim, a relação de poder passa a operar diretamente sobre os corpos por meio do biopoder.

O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que existe entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc. [...] E no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobre intervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobrecorreção. (FOUCAULT, 2010, p. 50)

Uma série de intervenções que buscam produzir corpos, desejos, comportamentos, modos de compreender a si e de se relacionar. E que será tomada também como tarefa escolar, afinal, a própria escola produzirá essas inteligibilidades por meio dos “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias linguagem, materiais didáticos, [nos quais os] processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – [que] são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores”. (LOURO, 2014, p. 68) Algo que remete a uma importante pergunta: que corpos, desejos, relações, inteligibilidades vêm sendo

⁹ Prática do Estado Moderno para fazer a regulamentação dos corpos por meio de diversas técnicas específicas com o objetivo de obter o controle da população.



produzidos pela escola? Dita de outra maneira, que normalidades vêm sendo produzidas pela escola naquilo que diz respeito ao sexo?

Uma produção contínua, por meio dos mais diversos dispositivos como, por exemplo, os lugares onde as meninas não podem frequentar, as práticas esportivas que não podem fazer e a forma como os machismos operam por meio do silenciamento das meninas: uso do plural no masculino, investimento em atividades que retraem as meninas e permitem que os meninos sejam mais expansíveis, atividades em grupos generificados, afirmação de que quando uma menina vai bem em uma atividade física é porque ela é esforçada – enquanto isso não é falado ao menino –, dentre outros.

As diversas formas de vigilâncias perante os gêneros, e suas performances, se fundamentam para alcançar a noção de normalidade. Assim, quando a existência de jovens que fazem uso de suas sexualidades de forma que saia de um possível controle normativo da escola, busca-se silenciar e culpabilizar os praticantes, sobretudo quando envolve o vazamento das imagens.

O corpo é visto como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar. [...] De qualquer forma, investimos muito nos corpos. De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. (LOURO, 2000, p. 6)

Ao exercer uma prática discursiva perante os corpos, e a conseqüente produção de suas subjetividades, a escola investe na produção das desigualdades em que o reconhecimento do “outro” se dá a partir do “local de onde estamos”. “Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina”. (LOURO, 2000, p. 7)

Portanto, se admitirmos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas o produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdades; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com a nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, e não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente,



encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 2014, p. 85-86)

3.2 Novas sociabilidades (ou um *banheirão 2.0*)

A internet, enquanto um ambiente de sociabilidade, tem regras de convivências que fazem com que o seu dinamismo seja diferente do ambiente físico (fora da internet), e é notoriamente marcada pelo compartilhamento de informações a todo instante que, quanto mais novas e atualizadas forem, mais valorizadas serão.

A sociedade contemporânea é marcada por ser uma grande consumidora de informações, das mais variadas formas, origens e interesses, o que parece contribuir para que práticas como o *sexting* também sejam compreendidas como formas das pessoas tornarem-se produtos de si, criando, assim, uma nova economia do desejo. Dessa forma,

o aprimoramento e democratização das diversas tecnologias digitais causaram algumas revoluções nos modos de se relacionar, comunicar, interagir e sociabilizar. Essas tecnologias, podem ser entendidas como uma condição de possibilidade para o surgimento do *sexting*, já que os seus praticantes utilizam-se dessas, para expor a sexualidade e adquirir visibilidade. (BARROS; RIBEIRO; QUADRADO, 2014, p. 199)

Um dos fatores que pode ter favorecido a rápida expansão do fenômeno parece ser o deslocamento da modernidade sólida para a modernidade líquida (BAUMAN, 2001), onde os fatores sociais, culturais, midiáticos, tecnológicos etc. aparentam contribuir significativamente para novas experimentações dos sujeitos. Saraiva e Veiga-Neto (2009) afirmam que as mudanças sociais ocorrem pelas ressignificações de suas próprias práticas, percepções e saberes.

A grande quantidade de sites e aplicativos que visam a sociabilização virtual (como o Facebook, Tumblr e Youtube) e relacionamento afetivo-sexual (como o Tinder, Grindr, Wapa) faz com que a juventude os use para vivenciar suas sexualidades por meio do compartilhamento de fotos que valorizam seus corpos. Miskolci (2009) afirma que a internet possibilitou maior (re)conhecimento das sexualidades, assim como se constitui um lugar de criação das subjetividades e de reforço de estereótipos. Já aqueles rígidos dispositivos disciplinares existentes nas famílias e escolas passam a sofrer uma série de resistências e subversões a partir do momento em que a juventude percebe que “os sujeitos têm o direito e o dever de pensar por si



próprios, podendo escolher o que querem fazer ou deixar de fazer de sua vida”. (BARROS; RIBEIRO; QUADRADO, 2014, p. 195)

A vivência dessa prática, quando realizada no âmbito escolar, parece contribuir para a proliferação de uma sexualidade que não se restringe a casais monogâmicos “fixos” e/ou ditos legítimos, podendo-se estender a amigos que estabelecem uma relação íntima de confiança e/ou ficantes¹⁰. Ou seja, assim como diversos outros lugares, a escola também “é um lugar propício para a emergência de práticas sexuais consideradas subversivas”. (BARROS, 2014, p. 132)

O uso da internet para vivências das sexualidades, segundo Miskolci (2013), tem códigos de sociabilidades muito precisos e que são pautados por acordos éticos, principalmente no que diz respeito à discrição e ao sigilo. Faz-se necessário pensar como esses códigos deixam de valer e, diante disso, conteúdos imagéticos passam a ser divulgados sem o consentimento da outra pessoa ou mesmo servir como meio de chantagem e ameaça, o que pode estar atrelado a expressões de machismo e homofobia. Da mesma forma, cabe pensar como a escola pode contribuir para isso.

Para Louro (2000), o ambiente escolar se esforça em silenciar as múltiplas possibilidades de vivências da sexualidade das pessoas, em especial das mulheres jovens, criando uma infantilização das sexualidades juvenis. Visto que, para a escola,

[...] a sexualidade deverá ser adiada para mais tarde, para depois da escola, para a vida adulta. É preciso manter a ‘inocência’ e a ‘pureza’ das crianças (e, se possível, dos adolescentes), ainda que isso implique no silenciamento e na negação da curiosidade e dos saberes infantis e juvenis sobre as identidades, as fantasias e as práticas sexuais. Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar, de forma mais evidente, sua sexualidade são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam ‘marcados’ como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar. (LOURO, 2000, p. 14)

3.3 Novos crimes

Posto isto, neste último subcapítulo, creio que seja necessário pensarmos na questão da governamentalidade (FOUCAULT, 2008b), biopolítica, dispositivos de segurança e a judicialização da vida frente ao uso dos prazeres de nossos próprios corpos para que não caiamos

¹⁰Amigos que se relacionam afetiva e sexualmente sem que estejam em um relacionamento “sério”, como namoro, por exemplo.



no senso comum criminológico-punitivo. A governamentalidade é conceito central em toda a produção do saber de Foucault por se tratar sobre a arte de governar e extração da vida social e vida pública onde somos vigiados constantemente a partir de nós mesmos.

A escola passa a produzir toda uma economia sobre os corpos por meio de reiterados discursos normativos com o objetivo de seu controle e a criação de “uma vontade em não ter vontade” de vivenciá-lo. Quando há a resistência e subversão à norma, ocorre todo um discurso sobre ele para, então, controlá-lo por meio da biopolítica¹¹.

O disciplinamento dos corpos objetiva que técnicas rápidas e eficazes operem sobre os corpos, visando produzir corpos dóceis e produtivos. “Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder”. (FOUCAULT, 1988, p. 128)

Havendo a preocupação sobre os corpos, Foucault (2008b) trabalha a forma como o dispositivo de segurança estabelece o que é aceitável e a forma como a sociedade passa a exercer um papel central na vigilância do corpo social por meio de controles reguladores. Este dispositivo se ancora no conjunto de leis, disciplinas e seguranças para diferenciá-las onde a primeira tem como objetivo proibir, a segunda prescrever e a terceira incide na regulação por meio proibições e prescrições. Produzindo, assim, verdade sobre eles.

A partir do momento em que se produz o que é normal e conseqüentemente se origina a norma, a vigilância passa a operar nos corpos, sobretudo os corpos que escapam. (LOURO, 2003) Conseqüentemente, os jovens que fazem uso de seus corpos e reivindicam o direito de usá-los de outras maneiras possivelmente escapam a esta norma – ainda assim, entende-se que os prazeres também são produzidos socialmente e de forma cooptada. Logo, a escola também constrói um discurso moralista altamente punitivo ao falar sobre o sexo: busca-se uma prática higienista e que produza formas de uso do corpo e de prazer mais controláveis e aceitáveis para cada momento histórico, e aqueles que escapem dessa lógica possivelmente serão alvo de práticas criminalizantes.

¹¹Atua como uma espécie de medicina social na população local com o objetivo de controlar suas vidas com discursos sobre (a)normalidades.



Quando incorre na prática do vazamento das fotos e vídeos íntimos, é comum que a escola culpabilize a pessoa que foi exposta sem o seu consentimento e sem analisar o que motivou o vazamento, como o que aconteceu em uma escola na cidade de Santos, onde a menina foi convidada a se retirar da escola enquanto a mesma medida não foi adotada contra o menino que fez o vazamento – o que significa dizer que a própria escola produz as diferenças por meio da norma. De acordo com Mota (2015, p. 90), enquanto as mulheres são julgadas moralmente ao serem expostas sem seus consentimentos, os jovens responsáveis pelo compartilhamento não sofrem nenhum tipo de sanção “nem pela escola e nem pela lei, fato esse que incomodam as jovens, porque elas queriam que os garotos tivessem sido expulsos”. Ressalta-se, ainda, que De Lauretis (1994) problematizou a questão de como a sexualidade está a serviço ou propriedade do masculino, mesmo quando esta sexualidade é do corpo feminino.

O problema central desta pesquisa torna-se, portanto, em como a escola, a partir da prática do *sexting*, constrói um discurso punitivo, por meio da judicialização da vida (MARAFON, 2013), sobre as sexualidades juvenis. Reconhece-se, portanto, que a própria conceituação de *sexting* é um termo governamentalizado, que condena a pessoa, por meio da gestão dos corpos, que faz uso de sua sexualidade, visto que se deve ter pudor, é íntimo e as pessoas não devem se expor. Isto é, tais termos possivelmente já são efeito de práticas intensamente judicializadas.

Os jovens são criados em uma cultura altamente sexualizada por meio de programas televisivos, clipes musicais e outras formas de comunicação de massa, e quando reivindicam para si o direito de usarem seus corpos, são punidos. Sendo assim, cria-se a erotização para depois puni-la. Essa gestão dos corpos se dá por meio da argumentação de que a escola tem como objetivo a formação cidadã. Logo, esta formação “também significa a punição aos que não se enquadram nos modelos definidos como ‘normais’, ‘necessários’, ‘positivos’ para determinado projeto político”. (SCHEINVAR, 2009, p. 130)

4. Considerações finais

Ao mesmo tempo em que as juventudes vivenciam suas sexualidades, elas também produzem suas subjetividades perante seus corpos, seus prazeres e seus entendimentos – o que gera choque de gerações, entre os jovens e os mais velhos, que buscam normatizar tais vivências. Diferentes olhares e perspectivas sobre suas experiências fazem parte das mudanças sociais, em que cada geração busca ressignificar seus entendimentos frente aos seus desejos.



O pânico moral existente nestas novas formas de vivências de suas sexualidades e de seus próprios corpos está dentro do contexto do aumento do conservadorismo que o Brasil passa desde as jornadas de junho de 2013, quando inicialmente as ruas foram tomadas pelos mais variados discursos políticos e que durante as manifestações criou-se movimentos sociais com a ideia unificada “*sem partidos, sem bandeiras, fora Lula, fora Dilma, fora PT*” dominada pelo discurso de uma moral conservadora.

Dentro desse mesmo contexto vivenciamos a posse do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que prometeu, desde a sua campanha e em seu discurso de posse, acabar com qualquer discussão de gêneros e sexualidades em sala de aula. Imputando, assim, mais barreiras para que as juventudes possam construir suas próprias vivências de acordo com suas necessidades desejantes.

Referências

- ALMEIDA NETO, H. *Trabalho infantil na terceira Revolução Industrial*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2007.
- ARAUJO, K. C. V. *Sexualidade na internet: análise de blogs sobre sexualidade e educação sexual*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.
- AVELINO, N. Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 139-157, 2010.
- BARROS, S. C. *Sexting na adolescência: análise da rede de enunciações produzida pela mídia*. 2014. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.
- BARROS, S. C.; RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. P. Sexting: entendendo sua condição de emergência. *Exedra*, Coimbra, p. 192-213, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2w9qWaU>. Acesso em: 3 jan. 2020.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CANGUILHEM, G. *O Normal e o patológico*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1966.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DE LAURETIS, Teresa. As tecnologias do gênero. In: Hollanda, H. B. (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.
- FOUCAULT, M. Aula de 6 de fevereiro de 1980. In: FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.
- FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2008a.



- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GALLO, S. Algumas notas em torno da pergunta: “o que pode a imagem?”. *Revista Digital do LAV*, Santa Maria, v. 9, n. 1, p. 16-25, 2016.
- GALLO, S. De la anarqueología como operador metodológico. In: PULIDO CORTÉS, Ó.; ESPINEL BERNAL, Ó. O. (coord.). *Formas y expresiones metodológicas en el último Foucault*. Tunja: UPTC, 2017. p. 43-74.
- GALLO, S.; FIGUEIREDO, G. M. Entre maioridade e menoridade: as regiões de fronteira no cotidiano escolar. *Aprender*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 14, p. 25-51, 2015.
- GARCIA, M. R. V. Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 9., 2009, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009. p. 1-15.
- KAISER FAMILY FOUNDATION. *e-Health and the elderly: how seniors use the internet for health information: key findings from a National Survey of older americans*. São Francisco: Kaiser Family Foundation, 2005.
- LOURO, G. L. Corpos que escapam. *Estudos Feministas*, Brasília, n. 4, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2WohUkN>. Acesso em: 3 jan. 2020.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MARAFON, G. *Vida em judicialização: efeito bullying como analisador*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- MISKOLCI, R. *Machos e brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 301-324, 2013.
- MISKOLCI, R. O armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. *Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 2009.
- MISKOLCI, R.; LEITE JÚNIOR, J. (org.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. EdUFSCar, 2014.
- MOTA, B. G. N. *Pornografia de vingança em redes sociais: perspectivas de jovens vitimadas e as práticas educativas digitais*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- RIBEIRO, P. R. C.; BARROS, S. C. *Sexting: uma prática de visibilidade*. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. p. 1-18.
- SAFERNET. *Sexting no Brasil: uma ameaça desconhecida*. [s. l.]: Safernet, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2IYCJLS>. Acesso em: 3 jan. 2020.
- SARAIVA K., VEIGA-NETO, A. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2009.
- SARTORI, A. S.; SOUZA, K. R. Estilos de aprendizagem e a prática pedagógica educacional na educação infantil: contribuições do desenho animado para a



aprendizagem das crianças contemporâneas. *Revista de Estilos de Aprendizagem*, Orem, v. 10, n. 10, p. 30-37, 2012.

SCHEINVAR, E. *O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analyses. In: SCOTT, J. W. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989. p. 1-35. Disponível em: <http://bit.ly/2xMgB4V>. Acesso em: 28 fev. 2020.

SIBILIA, P. A escola no mundo hiperconectado: redes em vez de muros? *Matrizes*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 195-211, 2012.

SIBILIA, P. A nudez autoexposta na rede: deslocamentos da obscenidade e da beleza? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, p. 171-198, 2015a.

SIBILIA, P. Authenticity and performance: the construction of the self as a visible character. *Fronteiras*, São Leopoldo, v. 17, n. 3, p. 353-364, 2015b.

SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

TRAGTENBERG, M. Relações de poder na escola. *Lua Nova*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 68-72, 1985.

WILLARD, N. E. Sexting and youth: achieving a rational response. *Journal of Social Sciences*, [S. L.], v. 6, n. 4, 2013.

